



SERGIPE
GOVERNO DO ESTADO
**SECRETARIA DE ESTADO DA JUSTIÇA, DO TRABALHO E
DE DEFESA DO CONSUMIDOR**

Página: 1 de 5

ATA Nº 007/2021

Ata de reunião ordinária do Conselho Gestor do Fundo Penitenciário- FUPEN - Realizada no dia 08 (oito) de fevereiro de 2021.

Aos oito dias do mês de fevereiro do ano de 2021 (dois mil e vinte e um), às 10:00h (dez horas), foi realizada a reunião do Conselho Gestor do Fundo Penitenciário - FUPEN, sob a Presidência do Conselheiro Cristiano Barreto Guimarães, membro nato e Secretário de Justiça e de Defesa ao Consumidor, e os demais membros deste Conselho, a saber: Hélio Matheus de Oliveira Santos, substituto legal de Agenildo Machado de Freitas Júnior, membro nato e Diretor do Departamento do Sistema Penitenciário - DESIPE, , Andréa Fernanda Andrade, membro nato e Diretora da Escola de Gestão Penitenciária - EGESP, Luiz Fernando D'Ávila Silveira Júnior, representante do governo e Diretor do DAF, Genaldo Freitas Lima, representante do governo e Coordenador Pedagógico do Sistema Prisional e Reinaldo José Chaves Silva, Consultor Técnico I e convidado do grupo que elabora o Plano de Trabalho. O presidente informou a pauta da presente reunião que seria: leitura e deliberação da ata anterior, deliberação sobre a renovação do software de saúde junto a IC Equipamentos e Consultoria em Informática LTDA e o que ocorrer:

1. O Presidente após as saudações de praxe, falou sobre as impressões acerca das inspeções ocorridas na semana passada pelo MJ-CNPCP e ONU. De forma prévia, o CNPCP avisou desta inspeção e foram feitas em 05 (cinco) Unidades Prisionais, sendo uma de cogestão e as outras administradas pelo Estado. Que na sexta feira houve uma reunião aqui na sede da SEJUC, onde fizeram parte várias entidades, tais como: COPEN, SEJUC, Defensoria Pública, OAB e a representante do CNPCP. Disse ainda que durante a reunião foram trazidos alguns apontamentos que já temos conhecimento e que são problemas enfrentados diariamente, a exemplo da questão da medicação (que já é uma questão recorrente com a SES), alimentação dos presos, inclusive no relatório da conselheira vem sugerindo mudança no formato da alimentação de entregue para alimentação preparada na Unidade. Por fim, foram feitos alguns elogios e numa perspectiva geral, em relação ao relatório de 2015 a própria conselheira em entrevista dada a assessoria de comunicação, disse que foram vários os avanços obtidos pela SEJUC. A parte de segurança foi muito elogiada, o quantitativo de servidores não está muito longe do indicado na lei, sendo que há previsão de contratação de mais policiais penais.

2. Falou também da inspeção surpresa realizada pela ONU em relação ao público LGBTQIA+, cujo objeto era



SERGIPE
GOVERNO DO ESTADO
**SECRETARIA DE ESTADO DA JUSTIÇA, DO TRABALHO E
DE DEFESA DO CONSUMIDOR**

Página: 2 de 5

verificar a situação da população LGBTQIA+ nas Unidades. Que basicamente só há o público alto declarado no Presídio Feminino e no COPEMCAN. Nesta Unidade Prisional, a conselheira Juliana teceu vários elogios pelo tratamento dado as internas LGBTQIA+. Em contrapartida, os representantes da ONU não tiveram a mesma opinião questionando vários procedimentos.

3. Questionaram o local onde estavam, que a ventilação e o banho de sol não seriam adequados, as vestimentas devem ser idênticas as das mulheres do Presídio Feminino. Falou ainda sobre a falta de colchões. O diretor do DAF justificou a falta por problema no fornecimento por conta do desequilíbrio e disse que já há um procedimento emergencial para aquisição dos itens e a questão do infectologista para consulta com alguns internos que o próprio movimento LGBT está providenciando.

4. Segundo informado pelo presidente, a conselheira reclamou da maneira como alguns servidores tratam o público LGBT. Disse que tem um tratamento discriminatório, com violência moral com relação a orientação sexual, mas que a direção da Unidade contorna todas as vezes que isso acontece.

5. O presidente disse que, depois de autorizado pelo CRAFI a contratação de empresa especializada em mão de obra de TI, há pouco recebeu a notícia de que o contrato se encerra em dois meses e a empresa não terá interesse em renovar. Luiz Fernando acreditava que era uma ata de registro de preço, porém, segundo o Secretário da SEAD, se trata de um contrato centralizado que quando finaliza, acaba a prestação do serviço. Ou seja, terá que ser feito uma licitação específica para esse fim.

6. Por conta disso, voltamos a pauta da reunião anterior quanto ao software de saúde. Na reunião passada, ficou acordado que teria a participação de um técnico da Secretaria de Saúde da área de TI. Porém esse técnico veio na sexta passada e passou toda a situação para Anízio, o Chefe de TI da SEJUC. Anízio disse que vieram 03 (três) técnicos da SES e que fizeram uma sabatina acerca de qual alternativa a SEJUC poderia utilizar para substituir o software atual. Em resumo, o que ficou constatado é que e-SUS tem a solução de prontuário eletrônico, mas não é integrada com a solução de farmácia para dispensação de medicamentos. Que são vários módulos independentes, mas não são integrados. Disse que ainda estão em fase piloto de instalação. Para ele, ficou claro que essa integração seria algo importante para a SEJUC, visto que há escassez de mão de obra de TI para dar suporte. Ou seja, o sistema que existe no e-SUS não supre as necessidades da SEJUC.

7. Sendo assim, após todas as dúvidas, questionamentos e informações prestadas pelos técnicos de TI e da representante da Comissão de saúde da SEJUC, o presidente perguntou aos demais membros se ainda havia alguma dúvida quanto a renovação do contrato do software de saúde. O coronel disse que foi destinado do plano de aplicação, na rubrica custeio, aproximadamente R\$ 2.500.000,00 (dois milhões e quinhentos mil de reais) para o sistema de integração e desenvolvimento para todo o sistema penitenciário, sendo que o próprio DEPEN aprovou o



SERGIPE
GOVERNO DO ESTADO
**SECRETARIA DE ESTADO DA JUSTIÇA, DO TRABALHO E
DE DEFESA DO CONSUMIDOR**

Página: 3 de 5

software de saúde, que é uma ferramenta dentro do sistema de integração. Alertou para que não se gaste quase 1 milhão apenas só com o software de saúde. Caso a votação seja a favor da renovação, deverá ser informado ao DEPEN o motivo da renovação e o motivo pelo qual não será empregado o valor no sistema de integração e desenvolvimento como autorizado anteriormente.

8. Luiz Fernando disse que sua posição é pela renovação do contrato do Software de Saúde junto a IC Equipamentos e Consultoria em Informática LTDA, tendo em vista que foi a ferramenta que em conjunto conseguiu gerenciar a questão de saúde dentro das Unidades Prisionais.

9. Genaldo disse que tem suas ressalvas quanto ao software de saúde, por conta da capacidade de gerir. Disse que vem questionando desde o início que o software é importante, mas a nossa capacidade de gerir é bem complicada, tendo em vista que a SEJUC não tem equipe de saúde suficiente para isso, eis que a ferramenta é direcionada especificamente para o profissional de saúde. Que por enquanto há o contrato emergencial da Covid-19 na maioria das Unidades, mas quando esse contrato acabar, não terá mão de obra para manusear o software e voltará a ter os mesmos problemas do início. Fora essa questão, disse que é a favor da renovação do software de saúde junto a IC Equipamentos e Consultoria em Informática LTDA pela sua necessidade e que não podemos ter outra ferramenta similar que atenda as necessidades de saúde da SEJUC.

10. Andréa disse que é a favor da renovação do contrato do software de Saúde junto a IC Equipamentos e Consultoria em Informática LTDA, tendo em vista que não terá outra estratégia e essa retirada acarretará muitos problemas dentro das Unidades Prisionais.

11. Hélio Matheus disse que levando-se em conta os argumentos apresentados pelo conselheiro Luiz Fernando, as ressalvas trazidas pelo Conselheiro Genaldo que também é Coordenador de Saúde e a argumentação feita pela conselheira Andréa, disse que é a favor da renovação do contrato do Software de Saúde junto a IC Equipamentos e Consultoria em Informática LTDA eis que não há alternativa mais interessante financeiramente a médio e longo prazo que substitua e supra as necessidades da Secretaria quanto ao que propõe o referido software.

12. Após as explicações dos técnicos em TI, Comissão de Saúde e também pela manifestação de cada membro do Conselho, o presidente colocou em votação e por unanimidade, aprovaram a renovação do contrato do Software de Saúde junto a IC Equipamentos e Consultoria em Informática LTDA, tudo conforme acima explicado.

13. O Presidente fez uma observação de que, infelizmente, mão de obra é uma situação que há na Secretaria de forma recorrente e não se pode utilizar isso como desculpa para deixar de fazer funcionar o sistema. São vários itens que alegam falta de mão de obra como BodyScan, tornozeleira eletrônica e sempre é encontrada uma forma de se resolver. Ficou deliberado também que deverá ser informado ao DEPEN o quantitativo que será destinado



SERGIPE
GOVERNO DO ESTADO
SECRETARIA DE ESTADO DA JUSTIÇA, DO TRABALHO E
DE DEFESA DO CONSUMIDOR

Página: 4 de 5

para esse software e solicitar o restante para a tornozeleira eletrônica por conta da inviabilidade de utilização que seria para a parte de informática.

14. Não havendo nada mais a ser discutido, o Presidente agradeceu e encerrou a reunião. E eu, Cerise Boa Sorte e Silva, Secretária do Conselho Gestor do Fundo Penitenciário, lavrei a presente ata que após aprovada, será assinada pelo Presidente e demais membros do Conselho.

CRISTIANO BARRETO GUIMARAES
Presidente

Hélio Matheus de Oliveira Santos
Membro da Comissão

ANDREA FERNANDA ANDRADE
Membro da Comissão

LUIZ FERNANDO D AVILA SILVEIRA JUNIOR
Membro da Comissão



SERGIPE
GOVERNO DO ESTADO
**SECRETARIA DE ESTADO DA JUSTIÇA, DO TRABALHO E
DE DEFESA DO CONSUMIDOR**

Página: 5 de 5

GENALDO FREITAS LIMA
Membro da Comissão